26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

DESCLASSIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA EPISTEMOLÓGICA CRÍTICA PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

DECLASSIFICATION AS A CRITICAL STRATEGY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION

Luís Fernando Vanin – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Rodrigo de Sales – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A Organização do Conhecimento constitui-se como um campo científico e social que reflete discursos, valores e perspectivas que historicamente hierarquizaram saberes e invisibilizaram experiências epistêmicas socialmente marginalizadas. Diante desse problema, este artigo tem como objetivo analisar a desclassificação como estratégia epistemológica capaz de promover uma organização do conhecimento mais plural, democrática e representativa. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e qualitativa, desenvolvida por meio de revisão narrativa de literatura e investigação metateórica, tendo como corpus principal as obras de García Gutiérrez. Os resultados evidenciam que a desclassificação opera uma ruptura com as lógicas hierárquicas e dicotômicas dos sistemas classificatórios tradicionais ao incorporar o pluralismo lógico e a contradição como elementos constitutivos da organização dos saberes. Nesse percurso, destacam-se a epistemografia interativa, como teoria e prática emancipatória da organização do conhecimento, e os operadores complexo e transcultural, como instrumentos concretos para a construção de sistemas mais éticos, participativos e sensíveis às diferenças socioculturais. Conclui-se que a desclassificação representa uma possibilidade efetiva de transformação epistemológica crítica na Organização do Conhecimento, contribuindo para práticas informacionais comprometidas com a diversidade de perspectivas, a inclusão epistêmica e a emancipação dos saberes historicamente subalternizados.
Palavras-chave: organização do conhecimento; desclassificação; epistemografia interativa.

Abstract: Knowledge Organization constitutes a scientific and social field that reflects discourses, values, and perspectives that have historically hierarchized knowledge and rendered invisible socially marginalized epistemic experiences. Faced with this problem, this article aims to analyze declassification as an epistemological strategy capable of promoting a more plural, democratic, and representative organization of knowledge. The research is characterized as exploratory and qualitative, developed through a narrative literature review

and metatheoretical investigation, with the works of García Gutiérrez as its main corpus. The results show that declassification operates a rupture with the hierarchical and dichotomous logics of traditional classification systems by incorporating logical pluralism and contradiction as constitutive elements of the organization of knowledge. In this process, interactive epistemography stands out as an emancipatory theory and practice of knowledge organization, and the complex and transcultural operators as concrete instruments for the construction of more ethical, participatory systems sensitive to sociocultural differences. It is concluded that declassification represents an effective possibility for critical epistemological transformation in Knowledge Organization, contributing to informational practices committed to the diversity of perspectives, epistemic inclusion, and the emancipation of historically marginalized knowledge.
Keywords: knowledge organization; declassification; interactive epistemography.

1 INTRODUÇÃO

A organização do conhecimento (OC) é um campo multidisciplinar de natureza científica e social. Para Esteban Navarro e García Marco (1995), a OC ocupa-se de princípios, métodos e instrumentos de organização do conhecimento, visando sua representação e consequentemente a recuperação destes conhecimentos. Contudo, por trás dos instrumentos técnicos de organização, operam escolhas políticas e epistêmicas que determinam o que é visível, o que é classificável e o que resta à margem (Vanin, 2024).

Nesse horizonte, Milani (2024) observa que os estudos críticos em Organização do Conhecimento (OC) se constituem quando se reconhece o caráter político e social dos sistemas de organização do conhecimento (SOCs), seja pela análise dos termos, das hierarquias e das relações semânticas estabelecida, seja pelo impacto que essas escolhas têm em determinados contextos. Assim, a postura epistêmica que orienta a OC torna-se elemento constitutivo do caráter crítico da empreitada de se organizar o conhecimento. Nessa direção, rejeita-se a pretensão positivista de uma representação neutra e universal, entendendo-se que toda forma de organização reflete discursos, valores e perspectivas localizadas.

Na Organização do Conhecimento (OC) tem-se debatido amplamente as limitações dos modelos da OC, que muitas vezes perpetuam hierarquias e marginalizam saberes. Autores como García Gutiérrez (2006, 2007, 2011a, 2018), Olson (2001; 2007), Sales (2021), Vanin (2024) e Vanin e Sales (2024) argumentam que os sistemas de organização do conhecimento devem ser repensados à luz de perspectivas críticas, contemplando epistemologias plurais, promovendo abordagem inclusivas e democráticas e em consonância com a justiça social e epistêmica.

É nesse contexto de crítica às pretensões universalizantes e aos limites dos sistemas tradicionais de organização do conhecimento que se apresenta a proposta da desclassificação, desenvolvida por García Gutiérrez (2006, 2007, 2008, 2011a, 2011b, 2014, 2018). A desclassificação constitui uma perspectiva epistemológica e metodológica que questiona as lógicas classificatórias rígidas, hierárquicas e excludentes, historicamente presentes nos sistemas de organização do conhecimento. Em vez de buscar categorias estáveis e universais, a desclassificação propõe reconhecer a complexidade, a contradição, a diversidade e o caráter situado dos saberes, favorecendo a coexistência de múltiplas perspectivas e racionalidades. Trata-se, portanto, de uma abordagem que busca ampliar a capacidade representacional dos sistemas de organização do conhecimento, incorporando vozes, experiências e formas de saber histórico-socialmente marginalizadas pelos modelos hegemônicos.

Assim, o problema central deste estudo consiste em como a desclassificação pode operar como estratégia epistemológica crítica para tornar a OC mais plural e representativa? Para tanto, objetiva-se analisar a desclassificação como estratégia epistemológica capaz de promover uma organização do conhecimento mais plural, democrática e representativa, a partir das contribuições de García Gutiérrez em diálogo com perspectivas críticas da OC.

Para responder a essas questões, adotou-se uma abordagem exploratória e qualitativa, baseada na revisão narrativa de literatura (Mattos, 2015) e em uma investigação de caráter metateórico (Ritzer, 1991). Esta perspectiva, que toma a teoria existente como objeto de estudo, visa a uma compreensão mais profunda e a uma avaliação abrangente do debate epistemológico na OC, servindo como base para novos desenvolvimentos. Este exercício metateórico permite conectar-se com os pressupostos existentes no domínio, evidenciar suas fragilidades e apontar alternativas. Dessa forma o trabalho metateórico aqui empreendido visa representar, organizar e explicar a constituição teórica do campo, recriando o conhecimento (Arboit, 2014). O estudo fundamenta-se, principalmente, na obra de García Gutiérrez, empreendendo uma gama de livros, artigos e publicações. Buscando, por fim, explorar conceitos-chave como pluralismo lógico, contradição, rizoma e epistemografia interativa, bem como, situar os operadores complexo e transcultural na OC, apoiando-se em outras autorias pertinentes à investigação.

2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A Organização do Conhecimento (OC) constitui-se como um campo multidisciplinar que articula dimensões científicas, epistemológicas e sociais, configurando-se como um campo de intersecção entre práticas de representação, teorias sobre o conhecimento e dinâmicas socioculturais.

Para Smiraglia (2013), a OC é a ciência da ordem do conhecimento, preocupada tanto com ordenações naturais quanto com aquelas impostas sobre o que é conhecido. Essa caracterização já aponta uma tensão central entre ordens que emergem dos próprios saberes e ordens externas que os enquadram. Ou seja, situa a OC como uma prática simultaneamente técnica e epistemológica, interessada em como o conhecimento é estruturado, registrado, estabilizado e mobilizado em diferentes contextos.

Na perspectiva de Bräscher e Café (2011), a OC, enquanto campo de estudo, está "fundamentada essencialmente em análises de cunho semântico" (p. 25), operando sobre as maneiras pelas quais visões de mundo são estruturadas e representadas. Para as autoras, o trabalho de organização do conhecimento envolve mapear e apresentar "relacionamentos semânticos, pragmáticos e funcionais das representações conceituais" (p. 25), para determinados grupos sociais. Essa dimensão semântica, contudo, não é neutra (Vanin, 2024). As escolhas sobre quais relações estabelecer, quais conceitos privilegiar e quais comunidades são tomadas como referência refletem posições epistemológicas e culturais específicas, frequentemente vinculadas a contextos hegemônicos de produção do conhecimento. Complementarmente, Martínez-Ávila, Semidão e Ferreira (2016) inferem que essas escolhas frequentemente refletem e servem a um ponto de vista dominante, historicamente associado a um sujeito branco, etnicamente europeu, burguês, cristão/protestante, heterossexual, fisicamente apto e masculino. Isto implica reconhecer que o conhecimento, concebido como fenômeno social e socializado, necessita de modelos e instrumentos que permitam sua representação, recuperação e circulação.

Hjørland (2003, 2008) aprofunda essa discussão ao propor que a OC envolve duas dimensões estruturais: uma de caráter cognitivo e outra de caráter social. A dimensão cognitiva refere-se aos conceitos, teorias e sistemas conceituais que dão forma ao conhecimento. Já a dimensão social remete aos modos pelos quais esse conhecimento é organizado pela sociedade, incluindo instituições, práticas discursivas e estruturas de poder. Para o autor, a OC, enquanto

campo, preocupa-se tanto com a natureza dos processos de organização do conhecimento (POC) quanto com os sistemas de organização do conhecimento (SOC), responsáveis pela representação de documentos, obras e conceitos.

Em seu sentido mais amplo, afirma que a OC "refere-se à divisão social do trabalho mental, ou seja, à organização das universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior, à estrutura de disciplinas e profissões, à organização social dos meios de comunicação, à produção e disseminação do 'conhecimento'" (Hjørland, 2008, p. 86, tradução nossa). Essa formulação desloca a OC para um plano macroestrutural, no qual se torna evidente que organizar conhecimento é organizar também as condições sociais de sua circulação e autoridade.

Em conjunto, essas perspectivas evidenciam que a Organização do Conhecimento não é apenas uma atividade técnico-metodológica, mas um campo complexo no qual se articulam epistemologias, políticas de representação, negociações semânticas e disputas por visibilidade e legitimidade. Ao entender a OC como dispositivo social abre-se espaço para abordagens críticas capazes de problematizar as estruturas de poder que moldam o que é conhecido, como é representado e quem é autorizado a produzir e organizar conhecimento. É precisamente essa dimensão política da OC, ou seja, o fato de que os SOCs são dispositivos de poder, que fundamenta a proposta da desclassificação como estratégia epistemológica, discutida na seção seguinte.

3 DESCLASSIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA EPISTEMOLÓGICA CRÍTICA

Os sistemas de organização do conhecimento, ao longo de sua história, foram construídos sobre lógicas que tendem a fixar, hierarquizar e estabilizar os saberes em categorias rígidas e deterministas. É precisamente essas operações que García Gutiérrez (2006, 2007, 2011a) coloca em questão ao propor a desclassificação como alternativa epistemológica.

Ao observar as lógicas e sistemas de organização do conhecimento, sejam científicas ou da própria razão humana, García Gutiérrez (2006, p. 110) afirma que "classificar, no sentido tradicional, divide e separa segundo princípios hierarquizantes e totalitários. Desclassificar, por outro lado, é introduzir uma nova ordem, classificando segundo diferentes lógicas, para agregar, reunir." Desta forma, haveríamos de evitar o hermetismo, o estancamento, o dogmatismo e o relativismo, e dotar-se de configurações abertas, permeáveis, sensíveis e plurais. Ou seja, em uma direção ou em outra, a classificação usurpa, deturpa, se sobrepõe, subordina, coloniza o

fluxo ilimitado de sentido, tornando o movimento livre praticamente impossível no mundo controlado por categorias (García Gutiérrez, 2006).

Como já identificado em Vanin (2024) e Vanin e Sales (2024), a classificação convencional é baseada em uma lógica dicotômica subjacente que prioriza hierarquizações ancoradas em visões indiferentes ao pluralismo lógico/cultural. É, ainda, embasada em uma falsa neutralidade inerente aos mediadores culturais, o que sabemos ser impossível, pois toda ação tem base ideológica, seja ela "dominante" ou "subalternizada". Para tanto, García Gutiérrez (2008) nos infere que a ação desclassificadora vai perturbar a dicotomia da classificação convencional, como uma frente aberta, possibilitando uma redescrição alternativa para pensar a transcultura e abrir caminhos para indivíduos e comunidades construírem ferramentas de resistência, reclassificação e autoclassificação, assumindo o protagonismo da classificação e/ou produção de conhecimentos e memórias.

A condição da desclassificação, segundo García Gutierrez (2018) seria a integração do pluralismo lógico e a capacidade de revisão em suas configurações o que levaria relacionamentos e conceitos além dos limites da lógica convencional, admitindo e operando a contradição como um recurso cognitivo e preferencial.

García Gutierrez (2006, 2018) afirma que a organização do mundo é guiada pela ação classificatória, uma operação concebida pela cultura e linguagem. No entanto, classificar pode também implicar em ocultar o conhecimento, o que torna a classificação uma questão paradoxal. Por outro lado, desclassificar significa revelar, desmantelando estruturas hierárquicas dominantes e reclassificando com parâmetros diferentes.

Assim, a desclassificação parte da introdução de operadores teóricos que visam eliminar as hierarquias, tornando os conceitos não mais redutores e limitantes, mas ampliando as questões éticas, políticas e sociais, estabelecendo elos entre os conceitos, os sujeitos e as comunidades participantes de uma determinada rede. A desclassificação constitui, assim, o fundamento central e operativo da epistemografia interativa, conceito proposto por García Gutiérrez para designar uma teoria e prática renovadoras da organização do conhecimento, comprometida com a horizontalidade, a participação e a emancipação epistêmica, como se desenvolve nas subseções seguintes.

3.1 PENSAMENTO RIZOMÁTICO E EPISTEMOLOGIA EMANCIPATÓRIA

Partimos da crítica ao demarcacionismo racionalista, entendido como a tentativa de estabelecer fronteiras rígidas e purificações ontológicas no mundo conceitual e material, embora tais delimitações sejam continuamente tensionadas pela complexidade da realidade conforme nos posiciona García Gutiérrez (2008). Para o autor, toda demarcação depende de uma perspectiva e de uma escala de observação, podendo desaparecer ou tornar-se irrelevante conforme o ponto de vista adotado. Nesse sentido, a lógica demarcacionista produz fragmentação, hiperespecialização e hierarquizações entre centros e periferias, frequentemente vinculadas a relações de poder. Em oposição a essa rigidez, García Gutiérrez (2008) propõe uma compreensão relacional e dinâmica das fronteiras, marcada pela interação, pela complementaridade e pelo diálogo entre múltiplas perspectivas e realidades possíveis.

Por sua vez, conforme afirma García Gutierrez (2008, 2011a), o pensamento positivista se baseia na demarcação excludente, ignorando a complexidade e a interconexão dos elementos. É importante substituir esse princípio hierárquico por uma abordagem mais rizomática e reticular, que permita uma representatividade mais ampla. O positivismo separa o conhecimento científico objetivo de outras formas de conhecimento, excluindo o observador como parte interessada do processo de observação. Uma nova epistemologia deve aceitar a presença do sujeito e reorientar os objetivos científicos a partir de uma perspectiva social. O positivismo, paradoxalmente, promove o particularismo e a fragmentação para depois proclamar o universalismo de suas conclusões. Isso influenciou as categorizações e predições sobre as condutas da memória registrada.

Para tanto, o conceito de rizoma, desenvolvido originalmente por Deleuze e Guattari (1994) como crítica às estruturas arbóreas e hierárquicas do pensamento ocidental, é incorporado por García Gutiérrez (2007, 2008, 2011a) como modelo para pensar sistemas de organização do conhecimento não-centrados e abertos à multiplicidade. Em sua formulação, a representação dos saberes e das memórias, entidades de natureza rizomática, exige marcos sistêmicos que, paradoxalmente, não sufoquem o movimento livre do sentido.

É nesse ponto que o rizoma se articula à desclassificação: ambos rejeitam a ideia de um centro organizador único e apostam na multiplicidade de conexões como princípio epistêmico. Ademais, García Gutiérrez (2007, 2008) insiste que todo sistema rizomático deve conduzir a um regime emancipatório, no qual a liberdade de sentido e o protagonismo dos sujeitos na

construção do conhecimento deixam de ser exceção para tornar-se fundamento. Nessa perspectiva, organizar o conhecimento é também um ato político de redistribuição da autoridade epistêmica.

Deste modo, em vez de aceitar passivamente o status quo estabelecido, é imperativo examiná-lo a partir da desordem, buscando uma nova e necessária ordem em constante evolução que beneficie tanto a liberdade quanto a participação. Ao respeitarmos essas realidades em sua naturalidade, construímos uma epistemologia mais sólida. O conceito de "auditório" deve evoluir para um receptor ativo, cidadão e participante, que se apropria do conhecimento de forma socialmente e eticamente responsável. Em última instância, todo sistema rizomático deve conduzir a um regime emancipatório, onde a ordem surge da desordem, e a liberdade e participação se tornam fundamentais para nossa evolução coletiva.

3.2 PLURALISMO LÓGICO E CONTRADIÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Os sistemas classificatórios tradicionais são construídos sobre o princípio da não-contradição. Cada conceito ocupa uma posição única, cada entidade pertence a uma categoria e não a outra (García Gutiérrez, 2007, 2008, 2011a; Vanin, 2024; Olson 2001). Esse princípio, herdado da lógica aristotélica, opera como fundamento implícito da maioria dos instrumentos de organização do conhecimento. Contudo, ao assumirmos a contradição como condição inerente dos sujeitos, dos saberes e das culturas, esse fundamento revela-se insuficiente para dar conta da complexidade do real.

Nesse sentido, segundo García Gutierrez (2007, 2008), quando o raciocínio convencional atinge seu limite, recorremos à lógica da contradição como ferramenta heurística e epistemológica da primeira ordem, observamos o avanço do conhecimento a partir da inconsistência e, consequentemente, do nascimento das ideias e soluções, nunca definitivas, mas capazes de convulsionar novos paradigmas, mais plurais e complexos.

Nesse horizonte, García Gutierrez (2007) afirma que é possível desenvolver estratégias e ferramentas que favoreçam a explicitação das contradições, ampliando as habilidades cognitivas para perceber perspectivas da realidade oriundas de territórios historicamente negados. A desclassificação promove a atribuição de um estatuto contraditório a qualquer argumento ou posição, ressaltando a sua consistência em um momento presente passageiro. Considerar a possibilidade de contradição em uma posição atual não nos priva de razão, mas

nos confere maior clareza ao perceber o presente em termos de um futuro incerto (Vanin, 2024; Vanin e Sales, 2024).

Portanto, não se trata apenas de reconhecer a contradição como um elemento inerente à produção do conhecimento, mas de mobilizá-la deliberadamente como estratégia epistemológica para ampliar a diversidade de perspectivas e possibilitar formas mais plurais de representação (García Gutiérrez, 2007, 2008). No âmbito da Organização do Conhecimento, essa postura pode materializar-se na inclusão de descritores que expressem interpretações divergentes sobre um mesmo fenômeno, bem como na construção de estruturas capazes de registrar disputas semânticas, tensões conceituais e posicionamentos antagônicos sem reduzi-los a uma síntese artificial. Conforme argumentam Vanin (2024) e Vanin e Sales (2024), os processos de organização do conhecimento tornam-se mais democráticos e inclusivos quando reconhecem a coexistência de múltiplas experiências, memórias e formas de significação, especialmente aquelas historicamente marginalizadas pelos sistemas classificatórios normativos. Assim, sempre que categorias, descritores ou arranjos conceituais produzirem hierarquizações, subordinações dicotômicas ou fechamentos interpretativos que limitem a expressão da diferença, a desclassificação apresenta-se como uma alternativa crítica capaz de introduzir a contradição, o dissenso e a pluralidade como elementos constitutivos da organização do conhecimento.

Por sua vez, o pluralismo lógico na organização do conhecimento é uma abordagem que reconhece a diversidade de métodos e perspectivas que podem ser utilizados para compreender e organizar o conhecimento, de modo que diferentes abordagens possam ser válidas em contextos específicos. O pluralismo lógico também implica na aceitação da possibilidade de diferentes comunidades e culturas interpretarem e interagirem entre si, sem atribuir superioridade a nenhuma delas. Isso implica na rejeição da ideia de uma racionalidade única e na valorização da crítica entre diferentes mundos de conhecimento.

Para tanto, García Gutierrez (2007), complementa que

> a nossa teoria teria de se ajustar a duas dimensões da ação: a primeira, a fixação do seu objeto genuíno, brevemente, a estrutura e os modos de estabelecimento das relações com o passado e com os conhecimentos e mecanismos mais de organização baseada no pluralismo lógico, ou seja, desde a desclassificação. A segunda, através do desenvolvimento de metodologias e ferramentas que permitem aos cidadãos uma real apropriação do sistema e sua utilização como elemento base e não agressivo com o seu dia a dia. Este objetivo teria que ser traduzido na proposta dos operadores princípios lógico-semânticos e ético-políticos que garantam, na rede, a liberdade de modos divergentes de pensamento e lógicas e promover uma

> orientação da comunicação, em todos os sentidos, rumo à emancipação (García Gutiérrez, 2007, p. 96, tradução nossa).

Da mesma forma, a lógica paraconsistente é apresentada como uma ferramenta que vai além dos limites da lógica clássica, reconhecendo a existência de contradições internas em determinadas situações. Como nos alerta García Gutiérrez (2007, p. 54), "A lógica paraconsistente admite que uma afirmação é contraditória por dentro […], não nega os pressupostos da lógica convencional, mas aparece para preencher lacunas em certos domínios e situações em que a lógica clássica se mostrou inoperante".

Para tanto, García Gutiérrez abraça o conceito de epistemografia interativa, incorporando-lhe uma dimensão sociocultural, ética e política, em suma, uma crítica pós-moderna. Esta epistemografia interativa se ocupa então do conhecimento despercebido, e/ou silenciado/apagado, tendo como objetivo a organização horizontal e interativa dos conhecimentos e memórias. É a partir de uma posição sensível que adentraríamos "tanto nos privilegiados vice-reinados das áreas científicas como na imensidão das favelas do saber, mas com interesses reais e conhecimento digno" (García Gutiérrez, 2006, p. 105). Assim, ao nomear 'favelas do saber', García Gutiérrez (2006) não apenas denuncia a desigualdade epistêmica, mas exige que o pesquisador se posicione diante dela. A epistemografia interativa não é, portanto, uma teoria neutra sobre organização, é uma tomada de partido pela visibilidade dos saberes subalternizados, operada desde dentro dos próprios sistemas de organização do conhecimento.

Para a organização do conhecimento, a epistemografia foi concebida como uma teoria e ação renovadoras, crítica aos sistemas de organização do conhecimento em busca de romper com as lógicas de hierarquias dominantes que submeteram povos e culturas ao esquecimento de seus registros e suas memórias. Seu compromisso sociocultural e político a torna uma ferramenta poderosa no resgate e reabilitação de todas as formas de saberes. Através de sistemas de autonarração, indivíduos e comunidades podem apresentar suas visões de mundo legítimas, contribuindo para a construção de conhecimentos indispensáveis. Segundo García Gutiérrez (2006, p. 109), é necessário

> manter os níveis máximos de conhecimento autoconstruído, autônomo, emancipado, heterológico, ainda com baixo ou nenhum nível de tradução, por meio do trabalho cooperativo em rede. Comprometendo-se com a dignidade, com a democracia e, de um ponto de vista pragmático, ao considerar que não há ciência transcendental, mas usos científicos, a epistemografia coloca suas próprias ferramentas a serviço da participação, não de seu próprio conhecimento, ao invés de um mero conceito - estilista de acesso.

Desta forma, o autor propõe um novo lugar de enunciação, pós-epistemológico, presidido pela hermenêutica, sem fronteiras epistemológicas, sem necessidade de hierarquização, exclusão, fragmentação e disjunção. A epistemografia deve ser orientada por um conhecimento situado, no sentido proposto por Donna Haraway (1988), ou seja, partindo de lugares determinados para compensar o relativismo crescente que impede a averiguação crítica. Como proposta prática para esse intento teórico, García Gutierrez recorre aos operadores complexo e transcultural, que iremos dialogar a seguir.

3.3 OPERADORES COMPLEXO E TRANSCULTURAL COMO FERRAMENTAS ÉTICAS E DEMOCRÁTICAS

Os operadores constituem ferramentas de natureza lógica, semântica e ética, responsáveis por estabelecer conexões entre registros e participantes de uma rede. Materializam-se por meio de metadados que organizam os registros e orientam as possibilidades de acesso, restringindo ou facilitando sua circulação.

O operador complexo (^), ao buscar a convivência dos antônimos e considerar todos os sentidos possíveis, promove a representatividade de todas as posições e realidades na exomemória. Ele se alinha com a ideia de multiculturalismo, valorizando a diversidade de perspectivas e posicionamentos. [...] Um operador antiabsolutista, ou seja, baseado no imperativo da representatividade parte de todas as posições e mundos possíveis, construído pluralmente para garantir a presença de todas as posições - ou melhor, oposições - e inclusive daquelas consideradas injustas" (García Gutiérrez, 2008, p. 133).

Contudo, a busca pela representatividade plena encerra um risco ao incluir perspectivas opressoras e marginalizadas sob o mesmo princípio. O operador complexo pode produzir uma neutralidade perversa, conferindo peso epistêmico equivalente a posições historicamente assimétricas. Para evitar esse equívoco, é necessário distinguir entre presença no sistema, admissível para fins de crítica e historicização, e representatividade ativa, restrita a perspectivas que não reproduzam lógicas de exclusão.

Por sua vez, o operador transcultural (V) antirrelativista e crítico, atua como um regulador e executor, intervindo nos conflitos de interesse ao aplicar princípios consensuais. Ele representa uma norma ética transcultural que pode influenciar os registros locais que a desrespeitam, sem suprimi-los ou censurá-los, ou seja, o operador transcultural "toma partido nas injustiças e desigualdades que circulam na memória, intervém nos conflitos de interesse

entre as posições locais e os acordos transculturais e internacionais, prática e ingerência e aplica princípios consensuais" (García Gutiérrez, 2008, p. 133).

Desta forma, o operador transcultural surge como um produto sintético de um diálogo democrático constantemente aberto entre representantes de diversas posições, sejam elas políticas, culturais ou discursivas. Eles negociam a homologação e integração de questões que afetam a todos. Assim, Garcia Gutiérrez (2008), nos alerta que o operador transcultural implica a obtenção de um consenso entre um tema e sua formalização como uma categoria que transcende as diferentes posições ou categorias, estabelecendo, a partir disso, uma norma ética transcultural. "Essa norma pode influenciar os registros locais que a desrespeitam, sem suprimi-los ou censurá-los, mas alertando os cidadãos participantes sobre eles" (García Gutiérrez, 2008, p. 134).

Ainda assim, a limitação do operador transcultural reside em seu mecanismo de ação, ao produzir alertas, mas não intervir diretamente. Isso levanta uma questão operacional: o alerta é suficiente quando o dano já circula na memória? Uma resposta possível é ancorar o consenso transcultural não apenas em acordos culturais difusos, mas em instrumentos de direitos humanos e justiça epistêmica, convertendo o operador de árbitro procedimental em árbitro substantivo.

Ambos os operadores são afetados pelo conceito de complexidade e transculturalidade, que se baseiam na interação de instâncias e na porosidade das fronteiras. "O operador complexo coopera na transcultura, ao passo que o operador transcultural se alicerça na complexidade" (García Gutiérrez, 2008, p. 134). Essa sobreposição, apesar de parecer contraditória, contribui para a integração e enriquecimento das identidades envolvidas.

A interdependência entre os dois operadores não é uma inconsistência teórica, mas uma consequência necessária da própria proposta de García Gutiérrez. Um sistema de organização do conhecimento que busque representatividade plena (operador complexo) sem critérios éticos para arbitrar conflitos entre posições tende ao relativismo; inversamente, um sistema que aplique normas transculturais (operador transcultural) sem garantir a representação de todas as posições tende ao universalismo abstrato. Os dois operadores, portanto, funcionam como freios e contrapesos de uma mesma arquitetura ética.

Isso aponta para a necessidade de um operador implícito de caráter crítico e decolonial, que não apenas represente e medeie, mas que evidencie ativamente as perspectivas historicamente excluídas dos sistemas classificatórios, tornando-as o ponto de partida ético, e

não apenas mais uma voz a ser incluída. Esse operador se aproxima do que Sales e Garcez (2024, p. 360) denominam contradispositivo, que "não rivaliza com os tradicionais SOC por oposição direta, mas sim pelo transbordamento e pela promoção de uma rede mais horizontal, autônoma e imprevisível". Tal lógica se traduziria, na prática, em uma participação intencionalmente assimétrica na construção das categorias, assegurando que comunidades marginalizadas tenham peso decisivo na definição dos termos que as afetam diretamente.

Nesse sentido, os operadores complexo e transcultural podem ser compreendidos como a dimensão instrumental da desclassificação. Enquanto a desclassificação opera no plano epistemológico questionando as hierarquias que estruturam os sistemas classificatórios, os operadores oferecem mecanismos concretos para que essa crítica se traduza em práticas de organização mais representativas, participativas e eticamente orientadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste estudo reafirmam a centralidade da desclassificação como uma abordagem crítica para a Organização do Conhecimento (OC). Ao problematizar os sistemas classificatórios tradicionais, evidenciou-se como esses mecanismos perpetuam hierarquias epistêmicas e invisibilizam saberes históricos e socialmente marginalizados.

O objetivo de analisar a desclassificação como estratégia epistemológica foi cumprido na medida em que desenvolvemos os diálogos ao longo do texto, o que possibilitou traçar alguns resultados dessa jornada: a) como a classificação convencional opera sobre lógicas dicotômicas e hierarquizantes que invisibilizam saberes; (b) como a desclassificação rompe com essas lógicas ao incorporar o pluralismo lógico e a contradição como recursos epistêmicos; e (c) como os operadores complexo e transcultural oferecem mecanismos concretos para uma organização do conhecimento mais representativa e eticamente orientada. O percurso teórico desenvolvido neste artigo evidenciou que a desclassificação, tal como proposta por García Gutiérrez, não é apenas uma crítica aos sistemas classificatórios tradicionais, mas uma proposta epistemológica articulada, sustentada pelo pluralismo lógico, pela lógica paraconsistente, pelo pensamento rizomático e pela epistemografia interativa. Cada um desses elementos contribui para deslocar a organização do conhecimento de uma lógica de fixação e hierarquia para uma lógica de abertura, contradição e participação.

Desta forma, embora a desclassificação seja uma abordagem promissora, sua aplicação enfrenta desafios estruturais e institucionais. A resistência a mudanças nos sistemas de classificação, a falta de reconhecimento institucional e a escassez de estudos empíricos sobre o tema evidenciam a complexidade desse processo.

Este artigo, por sua natureza metateórica e exploratória, apresenta como limitação principal a ausência de análise empírica de experiências concretas de desclassificação em sistemas de informação reais. No campo mais amplo, persistem desafios institucionais, como a resistência à revisão de sistemas classificatórios consolidados e a escassez de metodologias participativas aplicadas à OC, que indicam que a desclassificação ainda é mais um horizonte teórico do que uma prática disseminada.

REFERÊNCIAS

ARBOIT, Aline Emanuelle. **O processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de Organização do Conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da ISKO. 2014**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/123389. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRÄSCHER, M; CAFÉ, L. Organização do Conhecimento: teorias semânticas como base para estudo e representação de conceitos. **Informação & Informação,** Londrina, v. 16. n. 3. p. 25 – 51, Jan. / jun. 2011. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10388. Acesso em: 5 jun. 2026.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **What is philosophie?**. New York: Columbia University Press, 1994.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. **Scire**, Zaragoza, v. 1, n. 1, p.149-157, 1995. Disponível em: http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1038/1020. Acesso em: 5 jun. 2026.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103–112, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/49xzkXKxWSbxPRCKx6RfX8t/abstract/?lang=pt. Acesso em: 5 jun. 2026.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Outras memórias possíveis:** Estratégias descolonizadoras do arquivo nacional**.** Petrópolis: Vozes, 2008. 175 p.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Desclassificação na organização do conhecimento: ensaio pós-epistemológico. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5–14, 2011a. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116250. Acesso em: 5 jun. 2026.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Pensar en la transcultural.** Madrid: Plaza y Valdes, 2011b.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (la razón como creencia y la OC como burocracia**). Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 8, n. 1/2, 2014. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/14470. Acesso em: 5 jun. 2026.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Em pedazos**: el sentido de la desclasificación. Madrid: Asociación Cultural y Científica Iberoamericana, 2018.

HARAWAY, D. **Situated Knowledges:** The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. “Feminist Studies”, 1988.

HJØRLAND, B. Fundaments of knowledge organization. **Knowledge Organization**, [*s. l.*], v. 30, n. 2, p.87-111, 2003. Disponível em: https://www.imrpress.com/journal/KO/30/2/10.5771/0943-7444-2003-2-87. Acesso em: 5 jun. 2026.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, [*s. l.*], v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008. Disponível em: https://www.imrpress.com/journal/KO/35/2-3/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86. Acesso em: 5 jun. 2026.

MARTINEZ-AVILA, D.; SEMIDÃO, R.; FERREIRA, M. Methodological Aspects of Critical Theories in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, [*s. l.*], v. 43, n. 2, p.118-125, 1 jan. 2016. Dispónível em: https://www.imrpress.com/journal/KO/43/2/10.5771/0943-7444-2016-2-118. Acesso em: 9 jun. 2026.

MATTOS, P. C. **Tipos de revisão de literatu**ra. Botucatu: UNESP, 2015.

MILANI, S. O. Estudos críticos e sistemas de organização do conhecimento: aspectos conceituais e éticos. *In*: ALMEIDA, C. C. de; SAN SEGUNDO, R.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p. 73-104. DOI: https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-485-1. Acesso em: 3 jun. 2026.

OLSON, H. A. How We Construct Subjects: A Feminist Analysis. **Library Trends**, Illinois, v. 2, n. 58, p. 509541, jan. 2007. Disponível em: https://muse.jhu.edu/article/231609. Acesso em: 26 maio 2026.

OLSON, H. A. Sameness, and difference: a cultural foundation of classification**. Library Resources & Technical Services**, [*s. l.*], v. 45, n. 3, 2001. Disponível em: https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/4913. Acesso em: 26 maio 2026.

RITZER, George. Reflections on the rise of metatheorizing in sociology. **Sociological perspectives** [*s. l.*], v. 34 n. 3, p. 237-248, 1991. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.2307/1389509. Acesso em: 26 maio 2026.

SALES, R. Para uma organização do conhecimento contemporânea: contribuições de Foucault, Agamben, Deleuze E Guattari. *In*: AMORIM, I. S.; SALES, R. (org.). **Ensaios em organização do conhecimento.** Florianópolis: UDESC, 2021.

SALES, R. de; GARCEZ, D. C. Contradispositivos Rizomáticos Para Inquietar A Organização Do Conhecimento: Uma Tentativa Decolonial. *In*: ALMEIDA, C. C. de; SAN SEGUNDO, R.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

SMIRAGLIA, R. P. The Epistemological Dimension of Knowledge Organization. **Iris - Revista de Informação, Memória e Tecnologia**, Recife, v. 2, n. 1, p. 2-11, nov. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/IRIS/article/view/498. Acesso em: 26 maio 2026**.**

VANIN, L. F. **Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da desclassificação**. 2024. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254829. Acesso em: 1 jun. 2026.

VANIN, Luís Fernando; DE SALES, Rodrigo. Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ sob a perspectiva da desclassificação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, p. 137368, 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/137368. Acesso em: 3 jun. 2026.

AGRADECIMENTO

Este trabalho contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da concessão de bolsa de pós-graduação, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de financiamento para pesquisa.